

Roda de Conversa

O encontro discutiu questões sobre direitos sexuais e reprodutivos e também o enfrentamento à violência contra mulheres

Colaboradora: Marcella Jeane Duarte



A última edição do Programa Roda de Conversa, aconteceu dia **03 de março de 2015**, ao vivo direto do estúdio do Canal Profissional da Rede São Paulo Saudável. Promovida pela Escola Municipal de Saúde (EMS/CGP/SMS-SP), Coordenação das Redes de Atenção a Saúde e Áreas Temáticas - Saúde da Mulher (CORAS/SMS) e Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres (SMPM) teve como tema principal os **Direitos Sexuais e Reprodutivos e o Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres**.

Com a presença da assistente social Sônia Coelho Gomes, da ONG Sempre Viva Organização Feminista (SOF) e da psicóloga especialista em sexualidade e coordenadora da ONG, Nalu Faria, o primeiro bloco discutiu as Relações de Gênero e os Impactos sobre os Direitos Sexuais e Reprodutivos.



Nos anos 60 e 70, contou Sônia, a agenda de saúde da mulher era voltada para a maternidade, porém a partir de discussões promovidas por movimentos feministas, houve uma mudança e questões como as relações de gênero e conhecimento do corpo passaram a ser abordadas. Esse processo levou o Ministério da Saúde a propor, em 2004, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher.

A psicóloga Nalu falou sobre as relações desiguais entre homens e mulheres e a construção do masculino e feminino na sociedade. Segundo ela, essa mesma sociedade incentiva que homens e mulheres devam viver suas sexualidades de acordo com seus gêneros.

Falou ainda sobre direitos reprodutivos, que abrangem: o direito ao aborto, controle de natalidade (condições financeiras, creche, saúde, contraceptivos) e direitos sexuais, que dizem respeito à liberdade sexual também para homossexuais.

Já Sônia ressaltou que o atendimento à mulher deve ser feito de forma integrada, levando-se em conta aspectos como saúde mental, violência, moradia.



O segundo bloco abordou a Violência Contra Mulheres, com a presença de Ana Flávia D'Oliveira, médica docente da Faculdade de Medicina da Universidade Paulista (USP) e de Cristiano Fernando Rosas, médico chefe do Serviço de Atendimento à Vítima de Violência Sexual do Hospital Municipal e Maternidade Vila Nova Cachoeirinha.

Alguns profissionais da rede, segundo Ana, identificam sinais de violência, mas não acreditam que os encaminhamentos sejam de responsabilidade da área da saúde, ou então, não sabem como agir, acrescentando que, muitas vezes, a própria mulher não se reconhece como vítima de violência.

Pesquisas apontam a ocorrência de "mais de doze milhões de crimes sexuais no mundo" por ano. Cristiano ressaltou que entre 40 e 50% das usuárias dos serviços de saúde já sofreram algum tipo de violência, sendo que a notificação destes casos é obrigatória por parte dos serviços de saúde. Existe, porém, "um mito dos profissionais da saúde", que relacionam a notificação à sua implicação e envolvimento em um processo jurídico.

Sobre os direitos da mulher em caso de violência, o doutor Cristiano falou sobre a Lei do Aborto, que é de 1940, e que apenas autoriza sua execução em casos de risco para a mãe ou de estupro. Mais recentemente, foi reconhecido, pelo Supremo Tribunal Federal, o direito em casos de anencefalia.



O penúltimo bloco do encontro abordou o Parto Natural e as Práticas de Assistência à Violência Obstétrica e a Contracepção Reversiva, contando com a presença de Simone Diniz, médica docente da Faculdade de Saúde Pública da USP e do médico Adalberto Kiochi Agumi, da Área Técnica de Saúde da Mulher da Secretaria Municipal de Saúde-SMS.

Simone falou sobre a importância do parto natural menos agressivo e mais acolhedor e alertou para o fato de que os nascidos de cesárea desenvolvem mais riscos do aparecimento de doenças crônicas.

O doutor Adalberto falou sobre a importância de uma assistência compartilhada na gestação, integrando médicos, enfermeiras e outros profissionais pertinentes, destacando a necessidade da desmistificação do parto normal e da realização de planos individuais de parto, onde o homem seja inserido no processo gestacional por meio do pré-natal masculino.

Ao falar sobre contraceptivos reversíveis, Adalberto destacou que eles são pouco divulgados pelas Unidades Básicas de Saúde (UBS), e frizou que os contraceptivos emergenciais, como a pílula do dia seguinte são importantes não apenas em casos de violência, mas também em casos de relação sexual consentida, porém desprotegida.



O quarto e último bloco do programa, contou com a presença de Ana Lúcia Cavalcante e Dulce Xavier, respectivamente médica assessora e secretária adjunta da Secretaria Municipal das Políticas Públicas para as Mulheres e novamente com o médico Adalberto Kiochi Aguemi.

Ana Lúcia ressaltou a importância da criação de “Rodas de Conversa” voltadas aos profissionais da saúde e ainda sobre a necessidade da montagem de um plano estratégico local, com monitoramento sistemático o que tornaria possível a realização de uma avaliação.

Adalberto e Dulce finalizaram destacando a importância das questões trazidas pelas usuárias do sistema, como ressaltou Dulce é necessário, “olhar a mulher como cidadã que tem competência para tomar decisões sobre o corpo”.

Saiba mais:

Secretaria Municipal das Políticas Públicas para as Mulheres

Sempreviva Organização Feminista

Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher